



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA:
AÇÕES PRÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Fernanda Valadares Fonseca Drumond

Terapeuta Ocupacional do Centro Integrado Crescer

Sandra Yoxino

Psicóloga do Centro Integrado Crescer

France-Jane Araújo Pereira

Orientadora da Escola Estadual Leôncio de Araújo

Ângela Paula da Silva Nascimento

Pedagoga da Escola Estadual Leôncio de Araújo

Av. Jovino A. da Silva, 262/201 – Bromélias. Timóteo / MG - CEP: 35180-514

Tel: (31)38477152 / 87766378 – Fax: (31) 38483535

fernanda_vfdrumond@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o percurso da implementação do “Projeto Piloto Educação Inclusiva”, na Escola Estadual Leôncio

de Araújo, situada no município de Timóteo – MG, através do relato de experiência da escola e das parcerias que têm tornado possível a realização deste.

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Sendo assim, de acordo com o capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/9394/96):

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, no qual todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Uma escola inclusiva deve ter como seu objetivo primeiro levar a escola a atuar através de todos os seus níveis, visando a integração das crianças que dela fazem parte e possibilitando a que elas atinjam o seu potencial máximo. O processo deve ser dosado às carências de cada criança, deve haver um incentivo das relações sociais entre todos os participantes da escola, e focalizando a criação de uma rede de suporte.

A Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais estabelece uma linha de ação cujo objetivo primordial sustenta-se no acolhimento de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, intelectuais, lingüísticas e/ou outras, pelas escolas, resgatando

o direito à educação de todos os indivíduos, tal como inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial na Conferência Mundial sobre a Educação, em 1990, de assegurar esse direito a todos, independentemente das diferenças particulares. Recordem-se as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram nas Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, nas quais os Estados são instados a garantir que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.9).

Imbuídos desses aspectos quanto ao desenvolvimento do projeto, existem ações diversas que abordam não apenas a criança com deficiência, mas toda a comunidade escolar. Estão sendo atingidos diretamente todos os alunos da escola,

todos os professores e funcionários e, de forma indireta, as famílias dos envolvidos, bem como as demais pessoas que com eles mantêm convivência. Para cada criança atendida são também beneficiados – ao menos – seus pais, avós, irmãos, vizinhos. Para cada professor cuja qualidade de vida profissional é culminada, alcançam-se seus filhos, cônjuges, pais, colegas. Este processo desencadeia uma rede de transformações sociais, que garante a cada indivíduo envolvido a apropriação de sua condição de cidadão.

Abordaremos, por certo, toda a trajetória desse processo da Educação Inclusiva vivenciado pela escola, juntamente com o apoio direto de parceiros dos setores público e privado, enfocando aspectos como entraves e sucessos do projeto.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA ESTADUAL LEÔNCIO DE ARAÚJO: TRAJETÓRIA DE AÇÕES

A Escola Estadual Leônicio de Araújo sempre apresentou um perfil acolhedor para crianças portadoras de necessidades especiais. No ano de 2002, em atendimento a uma solicitação da Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano (S.R.E.), a Escola Estadual Leônicio de Araújo, elaborou em dezembro, um projeto intitulado “*Projeto Inclusão*”, tornando-se elas, a partir daí, Escola-Piloto de Educação Inclusiva. A equipe técnica da S.R.E. analisou o projeto e o devolveu à escola para que fossem realizadas as correções necessárias. Durante este período a escola iniciou a execução do mesmo buscando parcerias com S.R.E., UNILESTE¹ e FUNDAÇÃO ACESITA², de modo a viabilizar capacitação aos profissionais a fim de prepará-los na postura exequível desde os conhecimentos teóricos até a inclusão propriamente dita. Mas, não havendo alteração na prática pedagógica no interior da sala de aula, a ansiedade das pessoas envolvidas só aumentava significativamente, devido ao fato de as capacitações acontecerem desvinculadas das experiências.

A equipe da escola iniciou uma busca, com questionamentos, junto dos técnicos da S.R.E. A técnica Marlene Gripp, responsável pela Educação Especial,

¹ CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS. Estabelecimento de ensino superior, pesquisa e extensão.

² A FUNDAÇÃO ACESITA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento da comunidade do Vale do Aço.

passou a acompanhar com visitas periódicas o trabalho realizado pela Escola Estadual Leôncio de Araújo. Envolvida com o entusiasmo e ao mesmo tempo sensibilizada pela angústia dos professores, sugeriu encontros para estudo, trazendo materiais, apostilas, legislação, livros e vídeos. Com o tempo, sugeriu também que a escola buscasse parceria com uma equipe multidisciplinar especializada (psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, neurologista) para que obtivesse apoio na implementação das ações.

A partir desse momento, a técnica de Educação Especial da S.R.E., Marlene Gripp, estabeleceu o primeiro contato com o CENTRO INTEGRADO CRESCER (CIC) – em novembro de 2003 – com a demanda do Projeto Inclusão e o recurso financeiro enviado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Em 2004, Superintendência e Escola abrem suas portas para o CIC. Para ampliar as ações do Projeto Inclusão, a direção da Escola Estadual Leôncio de Araújo entra em contato com a FUNDAÇÃO ACESITA e solicita apoio financeiro. Desta forma, torna-se possível uma expansão da atuação da equipe especializada do CIC junto da escola. Com o envolvimento dos parceiros FUNDAÇÃO ACESITA, Centro Integrado Crescer e Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano, o trabalho se concretizou e, assim, obteve-se assistência para o desenrolar das ações previstas no projeto.

A Parceria CIC – Escola: o Programa de Ações Inclusivas

O Centro Integrado Crescer (CIC) é uma clínica composta por profissionais da saúde e da educação que atende principalmente o público infantil, sendo grande parte da clientela formada por crianças portadoras de necessidades especiais e encaminhadas por escolas da região.

A proximidade da saúde e da educação na atuação da equipe CIC se constata através da articulação desses diferentes campos do saber, organizada por meio de espaços de relação e construção de práticas transversais. Tem-se, aí, a lógica de criação de dispositivos coletivos de proteção, distanciando-se da prática da fragmentação e desarticulação dos serviços. É o paradigma do encontro, onde a convergência de ações com um sentido compartilhado potencializa todo o trabalho.

(VICENTIN, 2004). “Encontros não são fatos quaisquer, mas acontecimento singulares e inesperados no âmbito da relação com o outro”. (VICENTIN, 2004, p.4).

Por ser uma atuação transdisciplinar e direcionada para ações educacionais, o CIC foi solicitado pela Escola Estadual Leôncio de Araújo a tornar-se parceiro na implementação do Projeto Inclusão, contribuindo com serviços clínicos e de assessoria.

Diante dessa solicitação, a equipe CIC se empenhou na elaboração de um programa específico para a demanda apresentada pela escola. Foi, então, estruturado o PAI – Programa de Ações Inclusivas, cujos objetivos são os de proporcionar assistência clínico-educacional à equipe técnica da escola, ajudando-a a pensar e a rever conceitos de educação, posturas profissionais de seus membros, bem como da comunidade escolar; auxiliar e motivar os membros da equipe a desenvolver novos papéis para si mesmos e os demais profissionais, no sentido de ampliar a abrangência da educação inclusiva; fornecer, aos professores de classe comum, informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual; despertar interesse nos professores para que entendam a necessidade de ir além dos limites em que as crianças se colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo da sua potencialidade e propiciar-lhes novas alternativas para implementar formas mais adequadas de trabalho.

O desafio foi idealizar uma metodologia de trabalho em que o professor se sentisse instigado a conceber idéias com forças e ferramentas que fossem práticas e potentes para este trabalho, uma vez que se entende a educação inclusiva como uma mudança de paradigma e que essas mudanças abarquem mudanças do modo de ver, de pensar e de agir, todavia, de forma articulada. (VICENTIN, 2004). A proposta formada, a partir daí, foi de utilização de palestras, oficinas, dinâmicas, textos, filmes e músicas como recursos auxiliares na exploração do tema proposto. O programa consta de encontros temáticos em grupo com os professores e demais funcionários da escola, coordenados por um ou mais profissionais do CIC. Os temas são divididos em módulos dentro dos assuntos mais centrais do objetivo da escola inclusiva e, acordando com a demanda específica da escola em questão. Sempre que necessário, ocorrem também encontros particulares entre os professores e algum profissional do CIC, em busca de orientação individualizada. Além do trabalho

realizado com o corpo docente, encontros com os pais dos alunos também se inserem na proposta.

O papel da família, dentro do paradigma da inclusão, se amplia drasticamente, pois agora os pais são considerados parceiros da missão educativa junto com os professores. (...). Os pais têm também participação destacada na educação dos professores comuns e dos alunos sem deficiência, orientando e esclarecendo a respeito das melhores práticas em relação a seus filhos. (SASSAKI, 1998, p.2)

Ao longo do percurso de trabalho, foram observados diferentes movimentos do grupo, ora de busca de aprimoramento de sua formação, ora de resistência pelas novas alternativas apresentadas.

A formação dos educadores tem uma dimensão coletiva que se traduz e se concretiza no desenvolvimento do trabalho por meio da organização dos tempos e espaços compartilhados e definidos coletivamente. A organização do trabalho pedagógico cria um movimento de tomadas de decisões, estabelecimento de acordos, consensos e dissensos acerca dos processos constitutivos da ação educativa. Neste movimento, são explicitadas as diversas dimensões da prática, as estratégias de ensino utilizadas, os entraves e formas de superação das dificuldades identificadas no desenvolvimento do trabalho, que devem ser definidos e orientados numa direção coletiva. Esta dinâmica permite diagnosticar avanços e dificuldades na implementação do projeto político-pedagógico, expressão de uma construção coletiva. (De SÁ, 2002, p.21)

Essa oscilação possibilita a construção de ações entre os sujeitos e está, a todo o momento, multiplicando-se em diversos sentidos. Foram expressões grupais interessantes e importantes para o desenvolvimento do Programa de Ações Inclusivas. “A educação inclusiva é um dispositivo para esta permanente mobilização/movimento porque ela nos ajuda a reconhecer/relembrar da incompletude no campo da educação” (VICENTIN, 2004, p.7).

No ano de 2005, a alteração no quadro de funcionários (em torno de 60%) provocou desfavoravelmente o desequilíbrio de todo o processo construído em 2004 com a equipe, uma vez que esta é montada de acordo com designação anual da Superintendência Regional de Ensino. A partir dessa situação, a equipe do CIC lançou um olhar cuidadoso para os professores recém-chegados, adaptando as ações para que estes se inteirassem do processo.

Após dois anos de trabalho florescido apuraram-se resultados positivos, o que motivou a dar continuidade ao projeto neste ano. Sabe-se que para acontecer uma mudança de paradigma necessita-se tempo, insistência e determinação – vez que um processo se instala, não imediatamente vindo a se consolidar.

Os resultados alcançados: um rizoma de efeitos

Com um trabalho desenhado por diversas ações de todos os parceiros, os resultados obtidos foram apontados por meio do campo de atuação/recepção de cada equipe, os quais podem ser convergidos em um ponto comum, inicial. E, deste, divergem-se formas, linhas de efeitos formando uma raiz, um rizoma. “Num rizoma entra-se por qualquer lado, cada ponto se conecta com qualquer outro, ele é feito de direções móveis, sem início ou fim, mas apenas um meio, por onde ele cresce e transborda (...)” (PELBART, 2000, P.181). E é nesse meio que se encontram as dobras, os resultados de cada atuação, de cada momento com os professores, agora mais capacitados e assessorados em seu trabalho com seus alunos – alunos estes que apresentaram um avanço no desenvolvimento escolar, devido ao maior acolhimento de suas dificuldades e à valorização de suas habilidades por parte do corpo docente – o que o retira de seu lugar inferiorizado e o desloca para um espaço de potencialidades. Não apenas na escola, mas também no seu primeiro espaço de coletividade, família. Esses efeitos, a partir da identificação dos reais problemas existentes na escola, da atenção e de um cuidado direcionado ao professor e suas práticas educacionais, do envolvimento da família destas crianças portadoras de necessidades especiais, renovam, restauram o ambiente escolar, resgatam as funções e os valores de cada conjunto formador da escola: o aluno, o professor, os funcionários.

Transborda, com efeito, um manancial de percepções, de situações facilmente observadas: os novos movimentos de uma equipe mais corajosa e segura para atuar junto ao aluno com necessidades especiais através de práticas contemporâneas de inclusão, que se permitem graças à aceitação das limitações desses alunos e da estruturação de uma consciência de um processo de ensino-aprendizagem. Eis, pois, uma mudança da metodologia de avaliação do aluno pela escola, sendo atualmente a avaliação processual, construída endereçando um novo olhar para o aluno e suas respectivas produções escolares.

Essa plasticidade subjetiva permite o real processo de inclusão; aguça a busca pela aprendizagem e pelos meios de atingi-la de maneira mórfica; admite mudanças coerentes com os processos e com as exigências do ensino nas escolas, absorvendo as expectativas de toda a comunidade escolar, incluindo o grupo familiar

do aluno. “Essa mesma plasticidade reinventa suas dobras, muda suas estratégias, produz incessantemente suas linhas de fuga, refaz suas margens” (PELBART, 2000, p.14).

Todo esse movimento – decorrente das ações do Projeto Inclusão e do Programa de Ações Inclusivas – possibilitou à Escola Estadual Leôncio de Araújo, um avanço em seu método de ensino, encaminhando-se para a construção de uma real educação inclusiva, com garantia, direito e acesso à educação, a todos. Consolidou-se tal qual uma aposta coletiva envolvendo uma articulação intersetorial (saúde, educação, cultura) e de formação pessoal. Formando redes de compromissos coletivos através da parceria público-privada, constituiu-se pelo encontro saúde-educação, como uma espécie de experimentação de potências de intercessão entre os dois campos – intercessão, aqui, entendida como interferência criativa e não como sobreposição de códigos e de territórios de um campo sobre o outro. (DELEUZE, 1992).

3. CONCLUSÃO

O processo de adaptação de uma escola regular a uma escola inclusiva, não configura processo simples, sequer rápido. A partir da realidade da Escola Estadual Leôncio de Araújo, o que se percebe é que se trata de um processo moroso, inconstante e até mesmo desafiador. Exige-se muita colaboração de todas as partes envolvidas (direção, professores, alunos e pais, Secretaria de Educação). “(...) a educação inclusiva não é para os diferentes (ou para os chamados “portadores de necessidades especiais”), mas é solução para toda a escola, pois desafia a educação a ser boa para todos”. (VICENTIN, 2004).

Para se entender e perceber os avanços, necessário vislumbrarem-se sempre elucidados os objetivos do trabalho, uma vez que os ganhos nem sempre são concretos e/ou mensuráveis. Há que se dosar a expectativa dos envolvidos, sem, contudo, perder-se no comodismo e na incredulidade do processo. Muitas vezes, tem-se que saber lidar com o sentimento da angústia e da incerteza, já que a conduta escolhida nem sempre é aquela que proporciona melhores resultados. O processo demanda que a equipe escolar seja a todo tempo flexível e,

conseqüentemente, criativa. Não se pode pensar numa rotina de trabalho engessada, rígida e isenta de imprevistos quando se fala em educação inclusiva. “Para delinear o que é fundamental, é necessário estar aberto à discussão/reflexão/avaliação e, principalmente, à participação. É imprescindível planejar, organizar, desconstruir” (BLANCO *in* GUIMARÃES, 2002, p.81).

Por se tratar de um público no qual a marca mais intensa é a diversidade, tem-se que, a todo tempo, estar certo de que posturas diversificadas serão necessárias para se alcançar o resultado.

Trabalhar com a diversidade do ser humano é, antes de tudo, saber reconhecer possibilidades de maneiras de viver e de aprender. Para isso, é preciso acreditar que deficiência e incapacidade são conceitos distintos. “(...) uma pessoa pode ter uma deficiência sem incapacidade, uma incapacidade sem desvantagem ou uma desvantagem sem incapacidade ou deficiência” (AMIRALIAN *et al*, 2000, p.101).

A inclusão é importante para todos os alunos – com e sem deficiência – todas as crianças saem ganhando e se enriquecem quando têm a oportunidade de conviver e aprender com a diversidade. Ela provoca novos posicionamentos e modernização do ensino, implicando esforços de atualização por parte de toda a equipe escolar, bem como toda uma reestruturação da escola a fim de melhor atender às necessidades de seus alunos, segundo suas especificidades. Esta tem sido a realidade da Escola Estadual Leôncio de Araújo junto com seus parceiros dos setores públicos – Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano, e privado – FUNDAÇÃO ACESITA, Centro Integrado Crescer e UNILESTE.

Todas as formas até então vigentes de inserção escolar partiam do pressuposto de que devem existir dois sistemas de educação: o regular e o especial. Os alunos com deficiência poderiam estudar em escolas regulares se fossem capazes de acompanhar seus colegas não-deficientes. Para isso, foi sendo desenvolvido um sistema de cascata para acomodar os diversos níveis de capacidade. Mesmo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é recente (1996), ainda usa a expressão “preferencialmente na rede regular de ensino” e a condicionante “no que for possível”, deixando implícita a existência de um sistema paralelo destinado exclusivamente aos alunos que não puderem frequentar as escolas comuns em razão de suas deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas”. (SASSAKI, 1998, p.1)

O diferencial da Escola Estadual Leôncio de Araújo tem se nortado como aquela que dispensa o acolhimento de todos os alunos, com propostas e ações que propiciam a promoção de uma educação generalizada.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M. et all. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, 2000, 34(1), p. 97-103.
- AZEVEDO, I. **O prazer da produção científica**: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 8ª ed. São Paulo: Ed. Prazer de Ler, 2000.
- BARROS, R. Dispositivos em ação: o grupo. **Rev. Saúde Loucura – Subjetividade**, n. 6, São Paulo: Ed Hucitec, 1998. p. 183-191.
- CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca**. Sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.
- DELEUZE, G. Os intercessores. In. DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUIMARÃES, T. (org). **Educação Inclusiva**: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2002.
- PELBART, P. **A vertigem por um fio**: políticas de subjetividade contemporânea. Fapesp/São Paulo: Iluminuras, 2000.
- RODRIGUES, H. Dispositivos em ação, ação dos dispositivos. **Rev. Saúde Loucura – Subjetividade**, n. 6, São Paulo: Ed Hucitec, 1998. p. 192-196.
- SASSAKI, R. O caminho para uma escola e sociedade inclusivas. I Seminário de Educação para a Diversidade – buscando caminhos. **Anais...** Coronel Fabriciano, 2002.
- SECRETARIA de Estado da Educação de Minas Gerais. **Programa de Apoio à Educação para a Diversidade – PAED**. Belo Horizonte, 2002.
- _____. **Sistema de ação pedagógica**. Dicionário do professor. Belo Horizonte, 2002.
- VASCONCELOS, E. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Vozes, 2003.
- VICENTIN, M.C. Transversalizando saúde e educação: a Educação Inclusiva como dispositivo para uma educação de qualidade. V CONED. **Anais...** Recife, 2004.